



MENCIONE-SE, PUBLICUE-SE
E EXPEÇA-SE

07/06/06

REQUERIMENTO N.º 1543/X-2.ª-AC

06 de Junho 2007

Ex^{mo.} Senhor
Presidente da Assembleia da República

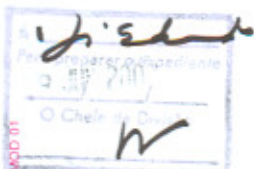
Assunto: Indústria do Calçado em Portugal

Apresentado por: Deputados Costa Amorim, Miguel Laranjeiro e Agostinho Gonçalves do Partido Socialista.

A indústria do calçado em Portugal tem vindo a confrontar-se com um aumento muito significativo da concorrência internacional, em linha com o processo de globalização. Tendo assistido à deslocalização de algumas empresas estrangeiras e de alguns encerramentos de empresas nacionais mais frágeis, a indústria do calçado continua a representar um importante papel em termos do número de empresas (1.350), empregando cerca de 38 mil pessoas, segundo dados de 2005, o que representa cerca de 6% do emprego na indústria transformadora e como é reconhecido com uma concentração geográfica muito significativa no norte do país.

Trata-se de um sector que se modernizou. Incorporou tecnologia e inovação. Apostou e reforçou a sua presença na área da moda, da criação, do design, do marketing, mas também na criação de marcas próprias e do controlo do circuito comercial, conseguindo assim um aumento significativo da sua produtividade.

A APICCAPS (Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes e Artigos de Pele e seus Sucedâneos) apresentou recentemente o Plano Estratégico da Indústria do Calçado (2007-2013), onde se infere uma forte intenção de apostar numa linha de orientação que tem vindo a fazer o seu percurso, com evidente sucesso num mundo económico crescentemente competitivo. A forte aposta na competitividade, através de processos inovadores, a qualificação dos recursos humanos, a internacionalização, a aposta na cooperação



intra-sectorial e no desenvolvimento de redes, são factores que certamente proporcionarão boa expectativa de futuro no sector.

A indústria do calçado nacional, plenamente integrada no mercado global, tem vindo a partilhar das vantagens, mas também dos desafios da globalização, tendo o sector em Portugal, à semelhança de outros países produtores europeus, vindo a exigir a reciprocidade no acesso aos mercados. Dos contactos efectuados e das posições assumidas pelos responsáveis do sector, nomeadamente pela APICCAPS, resulta que não se trata da pretensão de uma protecção que não faz hoje mais sentido, mas tão somente que as regras comerciais mundiais sejam iguais, justas e equitativas.

As questões relativas à etiquetagem *Made In* é das mais relevantes no actual contexto de concorrência, e o seu não cumprimento integral, desvirtuando o mercado, induz uma falta de transparência na relação com o consumidor, uma facilitação da fraude e da contrafacção, tornando-se injusta para os milhares de empresários e trabalhadores europeus, que cumprindo regras comerciais, sociais e ambientais se encontram em desvantagem competitiva evidente.

É neste quadro que se deve lembrar a importância das medidas *antidumping* no âmbito das negociações da Organização Mundial do Comércio.

Ao abrigo ao disposto na alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea l) do n.º 1 do Artigo 5.º do Regimento da Assembleia da República, requeremos ao Governo, através do Ministério da Economia e da Inovação, os seguintes esclarecimentos:

- 1) Qual a avaliação que o Governo Português faz do sector, das suas potencialidades e do posicionamento no mercado global?
- 2) Qual a avaliação do Governo Português quanto às negociações da Comissão Europeia no quadro da O.M.C., no que diz respeito a este sector?
- 3) Qual o posicionamento do Governo Português sobre a concretização das medidas *antidumping* actualmente em vigor?

Os Deputado do PS,

Costa Amorim

Miguel Laranjeiro

Agostinho Gonçalves